

Anais da Assembléia

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, 31 DE MAIO DE 1972

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

Constituição das Comissões Permanentes da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

WILSON FORTES	ARENA
ANTONIO COSTA	ARENA
NELSON BUFFARA	MDB
IVO TOMAZONI	ARENA
QUIELSE CRISOSTOMO	ARENA
DOMICIO SCARAMELLA	MDB
ROSARIO PITELLI	ARENA
AGUINALDO PEREIRA LIMA	ARENA
ALVARO DIAS	ARENA
ANTONIO BELINATTI	MDB
ANTONIO LOPES JUNIOR	MDB
ANTONIO MACIEL	ARENA
ARIZONE ARAUJO	ARENA
ARMANDO QUEIROZ	ARENA
ARTHUR DE SOUZA	ARENA
BASILIO ZANUSSO	ARENA
BORSARI NETO	ARENA
CANDIDO MARTINS DE OLIVEIRA	ARENA
DAVID FEDERMANN	ARENA
EMILIO CARAZZAI	ARENA
ERONDY SILVERIO	ARENA
FABIANO BRAGA CORTES	ARENA
FRANCISCO SCORSIN	ARENA
FUAD NACLI	ARENA
GABRIEL MANOEL	ARENA
GILBERTO CARVALHO	ARENA
HELIO MANFRINATO	ARENA
IGO LOSSO	MDB
JOAO FADEL	ARENA
JOAO MANSUR	ARENA
JORGE SATO	ARENA
LAZARO DUMONT	ARENA
LEOPOLDO JACOMEL	ARENA
LUIZ ROBERTO SOARES	ARENA
MARCIANO BARANIUK	ARENA
MAURICIO FRUET	MDB
MUGGIATI FILHO	MDB
NIVALDO KRUGER	MDB
ODILON REINHARDT	ARENA
OVIDIO FRANZONI	ARENA
PAULO CAMARGO	ARENA
PAULO POLI	ARENA
PINTO DIAS	ARENA
SEBASTIAO RODRIGUES JUNIOR	ARENA
SANTOS LIMA	MDB
WILSON BRANDÃO	ARENA
XENOFONTE VILLANUEVA	ARENA

COMISSÃO EXECUTIVA

- PRESIDENTE — Wilson Fortes.
1.º VICE-PRESIDENTE — Antônio Costa.
2.º VICE-PRESIDENTE — Nelson Buffara (MDB).
1.º SECRETÁRIO — Ivo Tomazoni.
2.º SECRETÁRIO — Quielise Crisóstomo.
3.º SECRETÁRIO — Domicio Scaramella (MDB).
4.º SECRETÁRIO — Rosário Pitelli.

COMISSÕES PERMANENTES

2.ª Sessão Legislativa da 7.ª Legislatura

COMISSÃO EXECUTIVA

- Presidente — Wilson Fortes;
1.º Vice-Presidente — Antonio Franco Ferreira da Costa Filho
2.º Vice-Presidente — Nelson Buffara (MDB)
1.º Secretário — Ivo Thomazoni
2.º Secretário — Quielise Crisóstomo da Silva
3.º Secretário — Domicio Scaramella (MDB)
4.º Secretário — Rosário Pitelli

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

TITULARES

- Presidente — Armando Queiroz
Vice-Presidente — Mauricio Fruet (MDB)
Santos Lima; Ovidio Franzoni; Erondy Silvério; Emilio Carazzai; Igo Losso; Paulo Camargo; Cândido Martins de Oliveira; Luiz Roberto Soares; Muggiati Filho (MDB).

- Secretário — Rita Celestino Soares
Reuniões — Quartas-feiras.

SUPLENTE

- Borsari Neto; Basilio Zanusso; Antonio Lopes Júnior; Fabiano Braga Cortes; Antonio Maciel; Leopoldo Jacomel; Marciano Baraniuk; Odilon Reinhardt; João Fadel; Sebastião Rodrigues (MDB).

COMISSÃO DE FINANÇAS

TITULARES

- Presidente — Fuad Nacli
Vice-Presidente — Antonio Belinatti
David Federmann; Leopoldo Jacomel; Antonio Lopes Júnior; Odilon Reinhardt; João Fadel.
Secretário — Terezinha Barbosa Moura e Claro
Reuniões — Terças-feiras.

SUPLENTE

- Francisco Escorsin; Fabiano Braga Cortes; Lázaro Dumont; Jorge Sato; Igo Losso; Mauricio Fruet (MDB).

COMISSÃO DE ORÇAMENTO

TITULARES

- Presidente — Jorge Sato
Vice-Presidente — Nivaldo Kruger (MDB)

Paulo Poli; Fabiano Braga Cortes; Basilio Zanusso; Fuad Nacli; Borsari Neto.

Secretário — Elcy Silva Batista

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

SUPLENTE

Aguinaldo Pereira Lima; Cândido Martins de Oliveira; Pinto Dias; Wilson Brandão; João Fadel; Marciano Baraniuk; Muggiati Filho (MDB).

COMISSÃO DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

TITULARES

Presidente — Antonio Maciel.

Vice-Presidente — Hélio Manfrinato (MDB)

Lázaro Dumont; Francisco Escorsin; Marciano Baraniuk.

Secretário — Ney Rodrigues.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

SUPLENTE

Leopoldo Jacomel; Fuad Nacli; Basilio Zanusso; Aguinaldo Pereira Lima; Alvaro Dias (MDB).

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

TITULARES

Presidente — Borsari Neto

Vice-Presidente — Hélio Manfrinato (MDB)

Lázaro Dumont; Xenofonte Villanueva; Gabriel Manoel.

Secretário — Roberto Diniz Sátiro

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

SUPLENTE

Basilio Zanusso; Pinto Dias; Paulo Poli; Wilson Brandão; Alvaro Dias (MDB).

SUPLENTE

Fuad Nacli; Arizone Araújo; Santos Lima; Xenofonte Villanueva; Muggiati Filho (MDB).

COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

TITULARES

Presidente — Antonio Lopes Júnior

Vice-Presidente — Alvaro Dias (MDB)

Arizone Araújo; Cândido Martins de Oliveira; Gabriel Manoel.

Secretário — Maria Aparecida R.G. Amaral.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

SUPLENTE

Francisco Escorsin; Santos Lima; João Fadel; Fabiano Braga Cortes; Nivaldo Kruger (MDB).

COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO

TITULARES

Presidente — Arizone Araújo

Vice-Presidente — Sebastião Rodrigues (MDB)

Francisco Escorsin; Xenofonte Villanueva; Marciano Baraniuk.

Secretário — Agildes de Oliveira Martins.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

SUPLENTE

Antonio Maciel; Luiz Roberto Soares; Paulo Poli; Wilson Brandão; Nivaldo Kruger (MDB).

COMISSÃO DE POLÍCIA

TITULARES

Presidente — Aguinaldo Pereira Lima;

Vice-Presidente — Antonio Belinatti (MDB).

Paulo Poli; Wilson Brandão; Antonio Maciel.

Secretário — Francisco Accioly Neto.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA

TITULARES

Presidente — David Federmann;

Vice-Presidente — Arizone Araújo

João Fadel; Xenofonte Villanueva; Mauricio Fruet (MDB).

Secretário — Elza Carneiro Camargo.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

SUPLENTE

Paulo Camargo; Jorge Sato; Ovidio Franzoni; Emilio Carazzai; Hélio Manfrinato (MDB)

COMISSÃO DE REDAÇÃO

TITULARES

Presidente — Cândido Martins de Oliveira.

Vice-Presidente — Alvaro Dias (MDB)

Basilio Zanusso; Antonio Maciel; Gabriel Manoel.

Secretário — Lélcio Guimarães Soto Maior.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

SUPLENTE

Armando Queiroz; Jorge Sato; Ovidio Franzoni; Santos Lima; Muggiati Filho (MDB).

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

TITULARES

Presidente — Paulo Poli.

Vice-Presidente — Mauricio Fruet (MDB).

Aguinaldo Pereira Lima; Francisco Escorsin; Leopoldo Jacomel.

Secretário — Alberto Carazzai Neto.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

SUPLENTE

Armando Queiroz; Paulo Camargo; Ovidio Franzoni; Marciano Baraniuk; Antonio Belinatti (MDB).

COMISSÃO DE TURISMO

TITULARES

Presidente — Xenofonte Villanueva.

Vice-Presidente — Sebastião Rodrigues (MDB)

Marciano Baraniuk; Jorge Sato; Odilon Reinhardt.

Secretário — Maria Stella do Amaral Gurgel.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

SUPLENTE

Arthur de Souza; Pinto Dias; Lázaro Dumont; Gabriel Manoel; Mauricio Fruet (MDB).

2.ª Sessão Legislativa da 7.ª Legislatura Ata da 61.ª Sessão (Extraordinária) Realizada em 31 de Maio de 1972 (Quarta-Feira)

Presidência do Sr. Deputado Antório Costa, secretariada pelos Srs. Deputados Ivo Tomazoni e Domicio Scaramella.

As 14,00 horas é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Antório Costa, Nelson Buffara, Ivo Tomazoni, Quielise Crisóstomo, Domicio Scaramella, Rosário Pitelli, Aginaldo Pereira Lima, Alvaro Dias, Antônio Belinati, Antônio Lopes Júnior, Antônio Maciel, Armando Queiroz, Basílio Zanusso, Borsari Neto, Cândido Martins de Oliveira, David Federmann, Erondy Silvério, Fabiano Braga Cortes, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gilberto Carvalho Igo Losso, João Mansur, Jorge Sato, Lázaro Dumont, Leopoldo Jacomet, Mauricio Fruet, Muggiati Filho, Nivaldo Krüger, Odilon Reinhardt, Ovidio Franzoni, Paulo Camargo, Pinto Dias, Sebastião Rodrigues Júnior Santos Lima, Wilson Brandão e Xenofonte Villanueva (37); achando-se ausentes os Srs. Deputados: Wilson Fortes, Arizone Araújo Arthur de Souza, Emílio Carazzai, Gabriel Manoel, Hélio Manfrinato, João Fadel, Luiz Roberto Soares, Marciano Baraniuk e Paulo Poli (10).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a SESSÃO EXTRAORDINÁRIA, destinada à apreciação de Vetos governamentais.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da sessão extraordinária anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE — Não há Expediente a ser lido.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 37 Srs. Deputados.

Em discussão a seguinte Proposição:

DISCUSSÃO ÚNICA — da Proposição n.º 36-72, Veto apostado ao Projeto de Lei n.º 90-71, de autoria do Sr. Deputado Borsari Neto, fica transferida ao Departamento de Estradas de Rodagem, para fins de conservação e melhoria, a Rodovia que liga a cidade de Uraí à PR-74. Relatório da C.C.J., considerando o Veto em condições de ser apreciado pelo Plenário. — Encerrada a discussão. Em votação. Rejeitado o Projeto, mantido o Veto.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Extraordinária, marcando outra para a próxima segunda-feira dia 5 de junho às 14,00 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA

DISCUSSÃO ÚNICA — da Proposição n.º 37-72.

Levanta-se a sessão.

2.ª Sessão Legislativa da 7.ª Legislatura Ata da 62.ª Sessão Ordinária Realizada em 31 de Maio de 1972 (Quarta-Feira)

Presidência do sr. Deputado Antonio Costa, secretariada pelos srs. Deputados Domicio Scaramella.

A Hora Regimental é registrada a presença dos seguintes srs. Deputados: Antonio Costa, Nelson Buffara, Ivo Tomazoni, Quielise Crisóstomo; Domicio Scaramella; Rosário Pitelli; Aginaldo Pereira Lima; Alvaro Dias; Antonio Belinati; Antonio Lopes Júnior; Antonio Maciel; Armando Queiroz; Basílio Zanusso; Borsari Neto; Cândido Martins de Oliveira; David Federmann; Erondy Silvério; Fabiano Braga Cortes; Francisco Escorsin; Fuad Nacli; Gilberto Carvalho; Igo Losso; João Mansur; Jorge Sato; Lázaro Dumont; Leopoldo Jacomet; Mauricio Fruet; Muggiati Filho; Nivaldo Krüger; Odilon Reinhardt; Ovidio Franzoni; Paulo Camargo; Pinto Dias; Sebastião Rodrigues Júnior; Santos Lima; Wilson Brandão; Xenofonte Villanueva e Arthur de Souza (38); achando-se ausentes os srs. Deputados: Wilson Fortes; Arizone Araújo; Emílio Carazzai; Gabriel Manoel; Hélio Manfrinato; João Fadel; Luiz Roberto Soares; Marciano Baraniuk e Paulo Poli (9).

Verificada a existência de número legal, o sr. Presidente declara aberta a SESSÃO

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte EXPEDIENTE:

REQUERIMENTOS:

— De autoria do Senhor Deputado Ivo Tomazoni, solicitando Regime de Urgência para o Projeto de Lei n.º 292-71.
— de autoria do Senhor Deputado Quielise Crisóstomo, solicitando Regime de Urgência para os Projetos de Lei n.ºs 135-71 e 175-71.

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, ouvido o Plenário,

REQUER:

A inserção em Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, de um voto de profundo pesar, pelo falecimento do Tenente Algacir Ramos de Almeida. O extinto exercea o cargo de Diretor da Divisão de Material da Secretaria de Educação e Cultura.

Requer, outrossim, que da decisão desta Casa, seja dado conhecimento à família enlutada.

(a) — FUAD NACLI.

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais,

requer, voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. Lauro Muller ocorrido nesta Capital.

Solicito da decisão da Casa, seja dado conhecimento à família enlutada, do requerido.

Sala das Sessões, em 31 de maio de 1972.

(a) — ANTONIO COSTA.

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, após ouvido o Plenário um voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor Silvio Bitencourt Linhares, progenitor do Senhor Ronaldo Lopes Linhares, funcionário deste Poder.

Outrossim, solicita da decisão da Casa seja dada ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 31 de maio de 1972.

(a) — ANTONIO COSTA

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário Requer a Vossa Excelência, seja transcrito nos Anais da Casa, o editorial publicado na edição de 30 do corrente do jornal "Folha de Londrina" sob o título "Uma penitenciária para o Norte do Paraná". A referida reivindicação, justa sob o aspecto socio-jurídico, é feita hoje por todos aqueles que mantem ligações com o nosso sistema penitenciário, em razão da precariedade das atuais instalações carcerárias do Norte do Estado.

A construção de uma Penitenciária agrícola naquela rica região do Estado além de cumprir o seu caráter reeducador, teria o condão, ainda de atender plenamente — em razão de sua especialidade — a população carcerária que em sua grande maioria, emerge dos campos de produção.

A transcrição de referido editorial e o encaminhamento de fotocópias do mesmo ao Excelentíssimo Senhor Presidente do Tribunal de Justiça do Estado, ao Senhor Secretário do Interior e Justiça e ao Senhor Secretário de Segurança Pública, com apelos em favor da concretização daquela medida, são providências que esperamos desta Augusta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 31 de maio de 1972.

(a) — ANTONIO BELINATI.

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, requer à Vossa Excelência que encaminhe apelo aos Excelentíssimos Senhores Ministros Cirne Lima, da Agricultura; Governador Parigot de Souza e Secretário Raulien Basaglia, da Agricultura, no sentido de que determinem providências para construção do Instituto Zootécnico do Norte do Estado na cidade de Maringá.

A agro-pecuária tem se constituído num valioso suporte econômico de nosso Estado, que corre sério risco de apeguinar-se, caso não procure de imediato o aperfeiçoamento de sua produção através da técnica.

Maringá, na recém-finda "Expofemar" ao bater recorde nacional de comercialização de gado, deu autêntica demonstração da pujança da pecuária paranaense. Por ser centro de vasta e rica região, se capacita como comuna mais indicada para abrigar o referido Instituto Zootécnico.

A par do Instituto Agrônomico de Londrina o Zootécnico em Maringá, representará apreciável conquista, que sem dúvida robustecerá de forma notável a economia paranaense.

Sala das Sessões, em 31 de maio de 1972.

(a) — ALVARO DIAS

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, requer à Mesa, após ouvido o Plenário um voto de LOUVOR, ao Comandante da IV ZONA AÉREA, de São Paulo, Brigadeiro Délio Jardim de Mattos, pela sua conduta serena e segura ante os fatos originados pelo sequestro do Electra II da VARIG na tarde de ontem, no Aeroporto de Congonhas.

Graças à precisão, tranquilidade e as providências tomadas por Sua Excelência é que se pode evitar lastimáveis consequências materiais e humanas por parte do sequestrador.

Este nosso voto de louvor é também extensivo às autoridades policiais e militares, à tripulação e àqueles que com decisão contornaram e decidiram o impasse criado por elementos interessados na perturbação de ordem política-social em nosso País.

Requer, ainda, que da decisão deste Poder Legislativo dê-se ciência a Sua Excelência, Brigadeiro Délio Jardim de Mattos no comando da IV Zona Aérea.

Sala das Sessões em 31 de maio de 1972.

(a) — JOÃO MANSUR.

PROJETOS DE LEI:

Projeto de Lei n.º 70-72

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — O Poder Executivo fica autorizado a criar, na cidade da União da Vitória, sob regime de Fundação, uma Escola Técnica destinada à aprendizagem industrial.

Art. 2.º — A escola se constituirá de um ginásio técnico industrial e de cursos de aprendizagem que mais correspondam as necessidades do mercado da mão-de-obra especializada.

Parágrafo único: O curso ginasial industrial terá a duração de quatro (04) anos e os cursos de aprendizagem de um (01) a três anos.

Art. 3.º — O ginásio e os cursos de que tratam esta Lei poderão ser feitos mediante o regime de internato semi-internato e externato com a supervisão da Fundação Paranaense de Assistência Social.

Art. 4.º — O regime financeiro e didático da Escola serão fixados de acordo com a legislação correspondente e devidamente regulamentado pelo Poder Executivo e Regimento Interno.

Art. 5.º — O Poder Executivo baixará os atos que forem necessários ao cumprimento desta Lei.

Art. 6.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 30 de maio de 1972.

(a) — DOMICIO SCARAMELLA.

JUSTIFICATIVA:

É fato reconhecido de todos que há necessidade de ampliar no setor educacional, o número de escolas que se dediquem ao ensino de ofícios e atividades especializadas. O Município de União da Vitória, que se tem notabilizado por um progresso constante, tanto no setor populacional como também econômico, ressen-te-se da falta de um centro educacional que proporcione à sua indústria e da região, hoje bastante florescente de mão-de-obra especializada, daí em sérios percalços que as mesmas sofrem, tendo, inclusive, que importar de outros Estados, esse manancial humano necessário. Por outro lado enquanto isso ocorre, uma geração inteira de jovens, daquela região tem que se deslocar aos grandes centros em busca desse aprimoramento técnico.

Projeto de Lei n. 71-72

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica concedido o título de “Cidadão Benemérito do Paraná” à Senhora Dalila de Castro Lacerda.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 31 de maio de 1.972.

(a) CANDIDO MARTINS DE OLIVEIRA.

JUSTIFICATIVA:

Dona Dalila de Castro Lacerda nasceu em Ponta Grossa, Paraná, num dia 28 de dezembro, filha do Major Vicente Ferreira de Castro e de Dona Maria Augusta da Silva Castro.

Casada com o Dr. Flavio Suplicy de Lacerda ex-Reitor da Universidade Federal do Paraná e Ministro de Educação. Tem dois filhos: Maria Augusta Lacerda Pessoa, esposa do Dr. Plinio de Mattos Pessoa, médico pediatra e Dr. Flavio Suplicy de Lacerda Filho, médico cardiologista casado com Dona Sonia Marna de Lacerda.

Foi uma das fundadoras da Liga das Senhoras Católicas e por várias vezes sua Presidente eleita. Em suas gestões, fundou o Restaurante da Liga, a sôpa dos pobres nos bairros de Curitiba, o Banco de Olhos, cursos de trabalhos manuais, nutricionistas salão de beleza, auxílio imediato aos necessitados constando de diversos postos de assistência nas favelas às margens do Rio Belém e vários outros setores. Organizou várias exposições: artes, sacras relíquias antigas e leques antigos.

É Presidente da Associação de Assistência do Psicopata do Paraná, desde a sua fundação até agora, associação essa, mantenedora da Escola Mercedes Stresser para crianças excepcionais.

Foi Presidente do Movimento Popular Pró-Hospital Nossa Senhora da Luz, tendo conseguido juntamente com demais membros do Movimento, construir e inaugurar três pavilhões novos assim distribuídos: a) Pavilhão São José, para atendimento de doentes do sexo masculino; b) Pavilhão Nossa Senhora de Fátima, para atendimento de doentes pensionistas. Foi criado no Hospital, sob sua orientação, curso de pintura em porcelana e trabalhos manuais para doentes.

Foi Presidente do Movimento Assistencial dos Educandários de Curitiba.

Foi fundadora e atualmente é Presidente reeleita da União Cívica Feminina Paranaense. Colaborou com a Prefeitura no atendimento geral à Vila Nossa Senhora da Luz, levando para lá a Igreja (ex-Nossa Senhora de Guadalupe) e também um posto de Assistência de Saza Lattes, a granja etc.

Promoveu o Movimento para arregimentação Eleitoral no Paraná, sendo aclamada Presidente do mesmo dentro da U.C.F.

Pertence à Associação de Mães Cristãs, Club da Mulher de Campo do Paraná, Associação das Jornalistas e Escritoras do Brasil, Associação Cristã Feminina, Centro Feminino de Cultura e muitas outras associações.

Idealizadora é uma das fundadoras da Casa da Estudantes Universitária de Curitiba, sendo membro de sua Comissão de Honra.

Durante sua permanência em Brasília, seus trabalhos não pararam: colaborou na fundação de educandários para crianças pobres dos arredores de Brasília e organizou a creche do Ministério de Educação.

A seu pedido foi instituída a Semana do Excepcional, pelo Ministério de Educação.

Quando de sua permanência no Rio, deu seu valoroso trabalho em auxílio à L.B.A. na presidência de Maria Luiza Aragão. Foi homenageada com uma placa de prata pelo Automóvel Clube do Brasil.

Sob sua orientação, foi executado o trabalho de ajardinamento do Hospital de Clínicas e da Reitoria da Universidade Federal do Paraná. Foi elemento de grande valor no Rio de Janeiro, colaborando sempre com dona Amélia Bastos.

Foi Presidente da Saza Lattes. É difícil dizer o que dona Dalila não fez.

Em 1.970 ela recebeu o Pinhão de Ouro, pela Prefeitura e Associação Cristã Feminina.

O SR. PRESIDENTE — Está encerrada a leitura do Expediente.

Não havendo oradores inscritos para o Pequeno Expediente e nem para o Grande Expediente, declaro encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 38 srs. Deputados.

Sobre a mesa, Projeto de Lei de autoria do sr. Deputado Domício Scaramella, constante do Expediente. Necessita de apoio. Apreciado. Apoiado. Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de Lei de autoria do sr. Deputado Candido Martins de Oliveira, constante do Expediente. Necessita de apoio. Apreciado. Apoiado. Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos srs. Deputados.

3.a Discussão — do Projeto de Lei n. 202-69, de autoria do Dep. Seme Scaff, que cria na Cidade de Grandes Rios o Ginásio Estadual denominado “IVONE PIMENTEL”. — Pareceres favoráveis da C.C.J. C.F. e C.I.P. — com SUBSTITUTIVO. — Aprovado pelo substitutivo.

3.a Discussão — do Projeto de Lei n. 152-70, de autoria do Dep. José Alencar Furtado, que autoriza o Poder Executivo a criar na Cidade de Paranavai, uma Escola Técnica, destinada à aprendizagem industrial sob regime de Fundação e dá outras providências. — Pareceres favoráveis da C.C.J. C.F. e C.I.P. — Aprovado.

3.a Discussão — do Projeto de Lei n. 197-71, de autoria do Dep. Wilson Brandão, que autoriza o Poder Executivo a declarar de Utilidade Pública o núcleo de Maringá, da Legião da Boa Vontade. — Parecer favorável da C.C.J. — Aprovado.

blica o núcleo de Maringá, da Legião da Boa Vontade. — Parecer favorável da C.C.J. — Aprovado.

3.a Discussão — do Projeto de Lei n. 291-71 de autoria do Poder Executivo — Mensagem n. 43-71, encaminhando anteprojeto que altera a redação de diversos dispositivos da Lei n. 2.375, de 22.3.55, e dá outras providências. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. em REGIME DE URGENCIA. — Aprovado.

1.a Discussão — do Projeto de Lei n. 127-70 de autoria do Dep. Ovidio Franzoni, que autoriza o Poder Executivo a criar uma Inspeção Regional de Ensino com sede na cidade de Rondon, com jurisdição nos Municípios que especifica. — Pareceres favoráveis da C.C.J. C.F. e C.I.P. — Aprovado.

Projeto de Lei n. 127-70

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado na conformidade da Lei n. 5.821 de 3 de agosto de 1968, a criar uma Inspeção Regional de Ensino, com sede na cidade de Rondon com jurisdição além do Município sede, nos Municípios de Cidade Gaúcha Guaporema, Tapira e Nova Olímpia.

Art. 2.º — Para atender o disposto no artigo primeiro fica o Poder Executivo autorizado a incluir no art. 6.º, da Lei n. 5.821 de 3 de agosto de 1968, os seguintes cargos de Provimento em Comissão: no inciso I, um de Inspetor Regional de Ensino, símbolo 3—C; no inciso III, um de Inspetor Regional de Ensino Médio, símbolo 6—C; e no inciso IV, um de Inspetor Regional de Ensino Primário, símbolo 14—C.

Art. 3.º — As despesas com a execução desta Lei correrão a conta da verba própria consignada no Orçamento Geral do Estado.

Art. 4.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 30 de junho de 1970.

a) — Deputado OVIDIO FRANZONI

JUSTIFICATIVA:

Os Municípios supra enumerados pertencem, presentemente, à 40.a Inspeção Regional de Ensino, além de outros tantos que a compõe sobrecarregando demasiadamente os seus trabalhos.

A iniciativa que ora submetemos à apreciação da Casa, visa antes de tudo, desdobrar a 40.a Inspeção para um melhor atendimento ao ensino da região o que trará, inegavelmente, grandes benefícios.

Comissão de Constituição e Justiça

PROJETO DE LEI IN. 127-70

AUTOR: Dep. Ovidio Franzoni.

O ilustre Deputado Ovidio Franzoni com este Plano de Lei, autoriza o Poder Executivo a criar uma Inspeção Regional do Ensino, com sede no Município de Rondon com jurisdição nos Municípios de Cidade Gaúcha Guaporema, Tapira e Nova Olímpia.

O projeto não fere dispositivo constitucional ou legal e a justificativa nos convence de sua oportunidade.

Pela aprovação.

Sala das Comissões, em 29 de julho de 1970.

aa) Emilio Carazzai — Presidente

Luiz R. Malucelli — Relator

Abraão Miguel

Ivo Tomazoni

Roberto Galvani

Paulo Poli.

COMISSÃO DE FINANÇAS

AUTOR: Dep. Ovidio Franzoni

PARECER

Visa o presente projeto de lei, de autoria do nobre Deputado Ovidio Franzoni, autorizar o Poder Executivo a criar uma Inspeção Regional de Ensino com sede na cidade de Rondon, e com jurisdição nos Municípios de Cidade Gaúcha, Guaporema; Tapira e Nova Olímpia bem como cria os respectivos cargos de Inspetor Regional, Inspetor de Ensino Médio e Inspetor de Ensino Primário.

A medida se nos afigura justa e oportuna sem impedimento de ordem financeira.

Parecer favorável, portanto.

Sala das Comissões, em 11.8.70.

aa) Roberto Galvani — Presidente

Paulo Poli — Relator

João Mansur

Silvio Barros.

Comissão de Instrução Pública

PARECER

O presente Projeto de Lei sob o n. 127-70 de autoria do nobre Deputado Ovidio Franzoni que visa criar na Inspeção Regional de Ensino, com sede no Município de Rondon, mereceu de nossa parte uma cuidadosa análise em face da repercussão que acarretará no setor do ensino regional.

Desta forma, dentro do princípio que defendemos, visando a descentralização burocrática do poder público, opinamos favoravelmente a proposição S.M.J.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 22 de setembro de 1970.

aa) — Presidente

Igo Losso — Relator

Fabiano Braga Cortes

1.a Discussão do Projeto de Lei n. 2-71, de autoria do Dep. Muggiati Filho, dá nova redação ao artigo 1.º da Lei Estadual n. 5.140 de 20 de outubro de 1966. — Parecer favorável da C.C.J., com SUBSTITUTIVO GERAL. — Aprovado.

PROJETO DE LEI N.º 2-71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — O artigo 1.º da Lei Estadual n.º 5.410, de 20 de outubro de 1966, passa a vigorar com a redação seguinte:

“Art. 1.º — O Governador do Estado, nos termos do artigo 108, inciso I,

da Constituição do Estado do Paraná, nomeará Prefeito da Capital, após assentimento da Assembléia Legislativa, ao nome proposto".

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 18 de março de 1971.

aa) José Muggiati Filho
Antônio Belinati
Alyro Dias
Maurício Fruct
Nelson Buffara
Hélio Manfrinato
Domício Scaramela

justificação: oral

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO de Lei N.º 2-71

AUTOR: Dep. José Muggiati Filho

SUMULA: "Dá nova redação ao art. 1.º da Lei Estadual n.º 5.410, de 20 de outubro de 1966".

P A R E C E R

1.) A iniciativa ora em exame está em harmonia com o que dispõe o art. 123 e seus parágrafos, do Regimento Interno.

2.) O Projeto em referência não fere qualquer preceito, quer de ordem constitucional, quer de ordem legal.

Quanto a sua oportunidade, nada a opor.

3.) Verifica-se, por outro lado, que a Proposição em tela foi elaborada em 13 de março do corrente ano, anteriormente, portanto, à vigência da Emenda Constitucional n.º 3, razão pela qual se depara com a indicação do art. 104, inciso I, da Constituição Estadual, quando na verdade a matéria pela mesma tratada está inserida no art. 108, inciso I, do mesmo diploma legal.

4.) Entendemos, por consequência, que o Projeto deve ser aprovado, obedecendo, porém, o substitutivo anexo, para corrigir a falha involuntária apontada.

S.M.J., é o parecer.

Sala das Comissões, em 13 de outubro de 1971.

aa) Wilson Brandão — Presidente
Acyr José — Relator
Emílio Carazzai
Arthur de Souza
Cândido Martins de Oliveira
Gilberto Carvalho
Igo Losso

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

SUBSTITUTIVO GERAL AO PROJETO DE LEI N.º 2-71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

SUMULA: "Dá nova redação ao art. 1.º da Lei n.º 5.410, de 20 de outubro de 1966".

Art. 1.º — O artigo 1.º da Lei n.º 5.410, de 20 de outubro de 1966, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1.º — O Governador do Estado, nos termos do art. 108, inciso I, da Constituição Estadual nomeará o Prefeito da Capital, após assentimento da Assembléia Legislativa, ao nome proposto".

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 13 de outubro de 1971.

aa) Wilson Brandão — Presidente
Acyr José — Relator

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 206-71, de autoria do Governo do Estado, — Mensagem n.º 22-71, estabelecendo normas legais a fim de que o Banco de Desenvolvimento do Estado do Paraná S.A. — BADEP — através de deliberações e Assembléias Gerais e de acordo com as necessidades de sua administração, possa instituir novas Diretorias ou suprimir as já existentes. — Parecer favorável da C.C.J. — Aprovado.

MENSAGEM
22/71

PROJETO DE LEI N.º 206-71

Curitiba, 12 de agosto de 1971.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais o incluso anteprojeto de lei que objetiva estabelecer norma legal a fim de que o Banco de Desenvolvimento do Estado do Paraná S.A. — BADEP, através de deliberações tomadas em Assembléias Gerais e de acordo com as necessidades de sua administração, possa instituir novas Diretorias ou suprimir as já existentes.

2. O plano ora submetido a essa Augusta Casa de Leis, é altamente significativo e de elevado interesse público, eis que ensejará condições no sentido de que o Banco de Desenvolvimento do Paraná S.A., estructure-se administrativamente com base no seu real crescimento. As atuais atividades do BADEP vêm revelando destacada presença no campo operacional específico do parque industrial paranaense, numa inequívoca contribuição ao progresso regional.

3. As normas consubstanciadas nas Leis n.ºs 4.529, de 12 de janeiro de 1962 e 5.515, de 15 de fevereiro de 1967, que disciplinam o funcionamento do Fundo de Desenvolvimento Econômico, estabelecem que o seu gestor, hoje o Banco de Desenvolvimento Econômico do Paraná S.A. — BADEP, tenha sua administração formada por uma Diretoria composta de três Diretores, sendo um Presidente, um Financeiro e um Administrativo.

Em razão da evolução natural de suas atividades, a instituição necessita de uma ampla mobilidade no que concerne à composição de sua cúpula administrativa, a fim de que a entidade possa estruturar-se de maneira a atender plenamente às imposições que a dinâmica da organização exige motivo esse que bem demonstra a urgência de uma lei que atribua às Assembléias Gerais, da empresa na qual o Estado é sócio majoritário, competência para dispor sobre os cargos de sua Diretoria.

Certo de que a medida ora submetida a essa Colenda Casa merecerá o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

a) HAROLDO LEON PERES
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1.º — O Banco de Desenvolvimento do Paraná S.A. — BADEP, atra-

vés de deliberações tomadas em Assembléias Gerais e de acordo com as necessidades de sua administração, poderá instituir novas Diretorias ou suprimir as já existentes.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

a) Haroldo Leon Peres

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO de Lei N.º 206-71

AUTOR: Poder Executivo

SUMULA: Mensagem Governamental n.º 22-71, Estabelecendo normas legais a fim de que o Banco de Desenvolvimento do Estado do Paraná S.A. — BADEP — através de deliberações em Assembléias Gerais e de acordo com as necessidades da sua Administração, possa instituir novas Diretorias ou suprimir as já existentes.

I — o crescimento mencionado na justificativa do projeto do BADEP, por si só, ensejaria plano de lei desta natureza. Em razão da evolução natural das suas atividades, esta instituição necessita reformulação em seus setores administrativos.

II — Quanto ao aspecto legal e constitucional, a medida pleiteada na mensagem Governamental, está de perfeito acordo com as normas vigentes

Parecer favorável.

Sala das Comissões, em 13 de outubro de 1971.

(aa.) Muggiati Filho — Presidente (em exercício)
Emílio Carazzai — Relator
Borsari Netto
Cândido Martins de Oliveira — Vencido
Odilon Reinhardt
Gilberto Carvalho

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 50-72, de autoria do Poder Executivo — Mensagem n.º 18-72, encaminhando anteprojeto de Lei que institui a Fundação Instituto Agrônomo do Paraná (Fundação IAPAR), com sede e fóro na Cidade de Londrina e vinculada à Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura e dá outras providências. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. — Com Substitutivo — Em Regime de Urgência. — Aprovado.

MENSAGEM N.º 18-72

Curitiba, 4 de maio de 1972.

Proposição N.º 50-72

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que visa instituir a Fundação Instituto Agrônomo do Paraná (Fundação IAPAR), dotada de personalidade jurídica de direito público, com sede e fóro no Município e Comarca de Londrina e vinculada à Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura.

A medida ora submetida a essa Augusta Casa de Leis é altamente significativa e consulta plenamente aos superiores interesses públicos, eis que dotará a Administração de um órgão que cuidará eficientemente de assuntos ligados à pesquisa técnico-científica e a formação e treinamento de pessoal especializado, objetivando o desenvolvimento da agricultura.

Através da lei n.º 6.061, de 16 de dezembro de 1969, pretendeu-se instituir, na Secretaria da Agricultura órgão com finalidades semelhantes às da Fundação de que trata o anexo anteprojeto, mas, em virtude de omissões da citada lei e de sua regulamentação, tais objetivos não foram colimados.

Assim sendo e para o devido equacionamento do assunto, realizaram-se criteriosos estudos sobre a matéria, cujas conclusões foram no sentido de que seja instituída a Fundação Instituto Agrônomo do Paraná (Fundação IAPAR), extinguindo-se, em consequência, o órgão criado em razão da já mencionada lei n.º 6.061/69, extinção essa que deverá efetivar-se tão logo a nova Entidade esteja instalada e em funcionamento.

A criação de fundações com personalidade jurídica de direito público, não fere qualquer limitação de ordem legal e se constitui norma já adotada com total êxito pela Administração Pública, citando-se como expressivos exemplos dessa assertiva as recentes criações da Fundação de Integração e Desenvolvimento de Entidades Sociais (FIDES), pela lei n.º 6.207-71 e Fundação de Assistência aos Municípios do Estado do Paraná (FAMEPAR), pela lei n.º 6.220-71, entidades que vêm desempenhando plenamente as suas específicas finalidades.

Tendo em vista os elevados interesses Públicos, é solicitada, para apreciação da matéria contida no anexo Plano de Lei, a forma prevista pelo § 3.º do art. 25, da Constituição Estadual.

Certo de que a medida ora submetida a essa Colenda Casa, merecerá o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) Pedro Viriato Parigot de Souza
Governador do Estado

Ao Excelentíssimo Senhor
Deputado Wilson Figueiredo Fortes
Digníssimo Presidente da Assembléia Legislativa do Estado
N/CAPITAL

ANTE-PROJETO DE LEI

Art. 1.º — Fica instituída a Fundação Instituto Agrônomo do Paraná (Fundação — IAPAR), com personalidade jurídica de direito público, vinculada à Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura, sede e fóro na cidade de Londrina, neste Estado, tendo como finalidade básica a pesquisa técnico-científica, a formação e treinamento de pessoal especializado, para o desenvolvimento da Agricultura.

Parágrafo único — Para melhor atender e cumprir esses objetivos, poderá integrar a Fundação, mediante relação jurídica adequada, estações experimentais vinculadas à Secretaria da Agricultura.

At. 2.º — O patrimônio da Fundação é constituído pelo acervo do atual Instituto Agrônomo do Paraná (IAPAR), criado pela Lei n.º 6.061, de 16 de dezembro de 1969, compreendendo terrenos, com edificações e benfeitorias, situados em Londrina, totalizando mais ou menos 254,90 hectares, no valor aproximado de Cr\$ 1.250.410,00.

§ 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a promover a doação à Fundação dos imóveis referidos neste artigo.

§ 2.º — Serão incorporados ao patrimônio inicial os bens móveis e imóveis que forem adquiridos pela Fundação ou que lhe forem destinados por doação ou legado.

§ 3.º — Extinta a Fundação, seu patrimônio reverterá ao Estado do Paraná.

Art. 3.º — Além dos recursos derivados do seu patrimônio, constituirão receita da Fundação.

I — crédito especial no montante de Cr\$ 1.300.000,00 (hum milhão e trezentos mil cruzeiros), para atender as despesas de implantação e manutenção das atividades no corrente exercício financeiro.

II — dotações orçamentárias fixadas, anualmente, no Orçamento Geral do Estado;

III — empréstimos, auxílios, contribuições e subvenções de entidades públicas ou privadas;

IV — doações e legados;

V — recursos provenientes do convenio já celebrado entre o Estado do Paraná e o Instituto Brasileiro do Café (GERCA) para fins de auxílio, ou de outros convênios que venham a ser celebrados entre a Fundação e organismos que se proponham ao financiamento de programas de pesquisas e de estudos no campo da agronomia, principalmente com o Instituto Brasileiro do Café.

VI — rendas resultantes da prestação de serviços e outras que venha a Fundação auferir.

Art. 4.º — São órgãos da Fundação:

— Conselho Deliberativo

— Conselho Curador

— Diretoria Executiva.

Art. 5.º — O Conselho Deliberativo, órgão de supervisão administrativa, será constituído dos seguintes membros:

I — do Secretário da Agricultura, seu Presidente nato.

II — do Diretor Presidente da Fundação;

III — de representantes da Secretaria da Agricultura, Ministério da Agricultura, do Instituto Brasileiro do Café, da Fundação Museu do Café, da Federação da Agricultura do Estado do Paraná, das Universidades paranaenses que ministram cursos de agronomia ou engenharia agrônoma e da Associação dos Engenheiros Agrônomos do Paraná.

§ 1.º — Os representantes, após a indicação, em lista triplíce, serão nomeados pelo Governador do Estado.

§ 2.º — O mandato dos membros do Conselho será de 3 (tres) anos, podendo ser reconduzidos.

Art. 6.º — O Conselho Curador, órgão de controle financeiro e patrimonial, será constituído de 5 (cinco) membros e de igual número de suplentes, todos designados pelo Governador do Estado, escolhidos em lista triplíce a ser preparada pelo Secretário da Agricultura, devendo, pelo menos, dois deles ser contadores ou técnicos em contabilidade.

Parágrafo único — O mandato dos Curadores será de 3 (três) anos, admitida a recondução.

Art. 7.º — A Diretoria Executiva será constituída de um Diretor Presidente e de um Secretário Geral, ambos nomeados pelo Governador do Estado, com mandatos de 3 (tres) anos, podendo ser reconduzidos.

§ 1.º — O Diretor Presidente deverá ser escolhido dentre diplomados em curso superior de Agronomia.

§ 2.º — O Diretor Presidente e o Secretário Geral perceberão remuneração mensal que será fixada, anualmente, por ato do Governador e, se perceberem ao quadro de servidores do Estado, deverão optar entre o vencimento e demais vantagens de seu cargo a percepção da remuneração fixada na forma deste parágrafo.

§ 3.º — Nas suas faltas e impedimentos, o Diretor Presidente será substituído pelo Secretário Geral.

Art. 8.º — A Fundação contará, ainda, com um Conselho Técnico e Científico, Comissões Técnicas e Assessorias, a serem constituídas na forma indicada pelo Estatuto.

Art. 9.º — O pessoal técnico e administrativo, de acordo com o quadro geral a ser estruturado pela Fundação, será contratado segundo as leis trabalhistas, em regime de tempo integral e dedicação exclusiva e em consonância com as disposições do Estatuto da Fundação.

§ 1.º — Será exigido concurso de títulos e ou de provas para ingresso do pessoal de que trata este artigo.

§ 2.º — Atendida à exigência do parágrafo anterior, servidores da administração estadual poderão ser colocados à disposição da Fundação, percebendo remuneração exclusivamente por uma delas, com todas as vantagens da lei.

Art. 10 — Fica o Poder Executivo autorizado a extinguir, na Secretaria da Agricultura, o Instituto Agrônomo do Paraná, criado pela Lei n.º 6.061, de 16 de dezembro de 1969, tão logo esteja instalada e em funcionamento a Fundação.

Art. 11 — O Estatuto da Fundação será aprovado e reformado por Decreto do Governador do Estado.

Art. 12 — A Fundação gozará de autonomia financeira e administrativa, imune à tributação estadual, beneficiando-se dos privilégios legais atribuídos às entidades de utilidade pública estadual e terá, anualmente, orçamento próprio aprovado por Decreto do Poder Executivo.

Art. 13 — Os bens imóveis havidos pela Fundação só poderão ser alienados mediante autorização legislativa.

Art. 14 — O exercício financeiro da Fundação coincidirá com o ano civil.

Art. 15 — A Fundação prestará contas globais, por exercício encerrado, ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

Art. 16 — Para a execução do disposto no inciso I do artigo 3.º desta Lei, fica o Poder Executivo autorizado a abrir um crédito especial no montante de Cr\$ 1.300.000,00 (hum milhão e trezentos mil cruzeiros), mediante o cancelamento de igual importância de dotações constantes do Orçamento Geral do Estado em vigor.

Art. 17 — A Fundação encaminhará, anualmente, ao Governador do Estado, relatório circunstanciado de suas atividades acompanhado do Balanço do respectivo exercício.

Art. 18 — Fica ratificado, em todos os seus termos, o convênio celebrado entre o Instituto Brasileiro do Café, através do Grupo Executivo de Racionalização de Cafeicultura (GERCA) e o Governo do Estado do Paraná, em data de 29 de junho de 1970, para fins de auxílio à implantação do Instituto Agrônomo do Paraná, constituindo os recursos remanescentes de tal convênio receita da Fundação, nos termos do artigo 3.º, inciso IV, desta Lei.

Art. 19 — Revogam-se as disposições em contrário, entrando esta Lei em vigor na data de sua publicação.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei N.º 50-72

Parecer — Súmula: — Institue a "Fundação Instituto Agrônomo do Paraná", e dá outras providências.

Trata a espécie da instituição da Fundação do Instituto Agrônomo do Paraná, com sede e fóro na cidade de Londrina, dando-se-lhe configuração de pessoa jurídica de Direito Público.

Tem por finalidade primordial a pesquisa técnico-científica, além da formação e treinamento de pessoal especializado, tudo voltado para o desenvolvimento da Agricultura.

O projeto cuida do regime jurídico da Fundação, trata da sua estrutura, prevê a sua manutenção, etc.

No entanto, a matéria contida no artigo 18 do projeto, ao que me parece, não se ajusta bem ao principal, de vez que manda ratificar convênio anteriormente celebrado entre Instituto Brasileiro do Café, através do Grupo Executivo de Racionalização da Cafeicultura e o Governo do Estado.

Na verdade, referido convênio não foi ainda referendado por esta Casa, daí a impossibilidade de ratificação.

Mister, pois que se corrija, através da emenda seguinte.

"O artigo 18 passará a ter a seguinte Redação: "Os recursos remanescentes do Convênio celebrado em 29 de julho de 1970, entre o Instituto Brasileiro do Café, através do Grupo Executivo de Racionalização da Cafeicultura (GERCA) e o Governo do Estado do Paraná, constituem receita da Fundação, nos termos do artigo 3.º, inciso IV, desta lei".

Com isso acredito, ter desaparecido qualquer vício ou óbice legal ou constitucional, que pudesse entrar a tramitação normal do processo.

PARECER FAVORÁVEL

Avoquei, amparado por disposição regimental artigo 43, parágrafo único.

Sala das Comissões, em 24 de maio de 1972.

(aa.) Armando Queiroz — Presidente e Relator

Basilio Zanusso

Erondy Silvério

Ovídio Franzoni

Maurício Fruct

Cândido Martins de Oliveira

Luiz Roberto Soares

COMISSÃO DE FINANÇAS

Parecer ao Projeto de Lei N.º 50-72

1) — A presente proposição, oriunda da Mensagem Governamental n.º 13.72, visa a instituir a Fundação Instituto Agrônomo do Paraná (FUNDAÇÃO IAPAR).

2) — A douta Comissão de Constituição e Justiça, apreciando a matéria, manifestou-se favoravelmente, oferecendo Emenda ao artigo 18.

3) — Quanto ao aspecto financeiro nada temos a opor, pelo que opinamos pela sua aprovação com a emenda da C.C.J.

É o parecer, s.m.j.

Sala das Comissões, em 30 de maio de 1972.

(aa.) Fuad Nacli — Presidente

Antônio L. Júnior

Antônio Belinati

João Fadel

Jorge Sato

O SR. PRESIDENTE — A Presidência informa que se encerra hoje o prazo para apreciação das Emendas referentes à proposta da Emenda à Constituição.

A proposta da Emenda a Constituição é a seguinte:

PROPOSTA DE EMENDA A CONSTITUIÇÃO ESTADUAL

SUB-EMENDA

Na Proposta, onde se lê:

"Art. 1.º —

Substitua-se por:

"Artigo único —"

Sala das Sessões, em 31 de maio de 1972.

(a) Antônio Costa.

JUSTIFICATIVA:

O propósito da Emenda que oferecemos à apreciação dos nobres Pares é, mais que tudo evidente.

Não pretendemos alterar, de maneira nenhuma, a Carta Estadual, não objetiva, nem isso, penetrar no conteúdo da Proposta de Emenda. Respeitando a integridade de seu teor, altera-lhe a forma, tão somente, afeiçoando-a devidamente à melhor técnica legislativa.

Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Fuad Nacli, constante do Expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Tenente Alcacir Ramos de Almeida. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ivo Tomazoni, constante do Expediente, solicitando regime de urgência para o Projeto de Lei n. 292-71. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Quielise Crisóstomo, constante do Expediente, solicitando regime de urgência para os Projetos de Lei n.ºs 135.71 e 175.71. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Costa, constante do Expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Lauro Müller. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Costa, constante do Expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Sílvio Bitencourt Linhares, progenitor do Sr. Ronaldo Lopes Linhares, funcionário deste Poder. **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Belinati, constante do Expediente, solicitando transcrição dos Anais da Casa, do editorial publicado na edição de 30 do corrente no jornal "Folha de Londrina", sob o título "Uma penitenciária para o Norte do Paraná" — **Aprovado.** — (O artigo a ser transcrito acha-se publicado no final desta Ata).

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Alvaro Dias, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado apelo aos Srs. Ministro da Agricultura, Governador do Estado e Secretário da Agricultura, no sentido de que

determinem providências para construção do Instituto Zootécnico do Norte do Estado, na cidade de Maringá. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado João Mansur, constante do Expediente, solicitando voto de louvor ao Sr. Comandante da IV Zona Aérea de São Paulo, pela sua conduta serena e segura ante os fatos originados pelo sequestro do Electra II da VARIG. — **Aprovado.**

A Mesa solicita aos Srs. Líderes do MDB e ARENA para que indiquem os participantes da Comissão de Reforma Constitucional, em número de quatro, Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE — Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para a próxima segunda-feira, dia 5, à Hora Regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL — dos Projetos de Lei nos 246.70, 247.70, 318.70, 5-71. 66.71 e do Projeto de Resolução n.º 9.72;

2.ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei nos 127.70, 2-71, 206-71, 50-72;

1.ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei nos 135.71, 175.71 e 216.71. Levanta-se a Sessão.

(Artigo cuja transcrição nos Anais foi aprovado na Sessão do dia 31 de maio de 1972, a requerimento do Sr. Deputado Antônio Belinati).

Folha de Londrina de 30.5-72 — Pág. 6

UMA PENITENCIÁRIA PARA O NORTE DO PARANÁ

Os presos da cadeia pública de Londrina denunciaram aos juizes das varas criminais a prática de maus tratos e torturas que lhes estariam sendo infligidos pela carceragem. Atendendo ao apelo daqueles que, por estarem privados da liberdade somente puderam fazer chegar seus reclamos, anonimamente, através da FOLHA, os juizes e promotores de Justiça estiveram na casa de correção inspecionando pessoalmente suas instalações e dialogando com os detentos. Se de um lado não foi possível apurar a veracidade das denúncias quanto à torturas — pois apenas um dos detentos acusou aos seus carcereiros de haver-lhe espancado — de outro lado, tanto os homens da justiça, quanto aos profissionais de imprensa que ali estiveram, puderam constatar a total ineficiência da cadeia de Londrina para servir aos fins sociais que um estabelecimento daquela ordem deve almejar. Com efeito, os cubículos infectos e apertados mais parecem terem sido construídos para abrigar feras do que para recolher seres humanos que, por essa ou aquela razão, estão privados do convívio social. Muitas das celas são umidas e os detentos referiram-se à existência de uma destinada a correção dos rebeldes, que se caracteriza por ser alagada, já que uma torneira ficaria aberta durante todo o tempo com o objetivo de umedecer mais ainda o ambiente. Por outro lado, há um excesso de população carcerária, e em cubículos onde mal cabem dois ou três, são amontoados mais de 10, a maioria dos quais sem colchões e cobertores para abrigar-se do frio. Enfim, o quadro que jornalistas e homens da lei puderam presenciar aproximava-se bem de uma das cenas descritas por Dante Alighieri na sua monumental obra ou então uma das cenas descritas por Dostoiévsky em "Recordação da Casa dos Mortos".

O quadro dá margem à meditação. Entende-se que homens que, por sua

conduta anti-social, ferem as normas de conduta devam efetivamente serem afastados do convívio da sociedade. Mas hoje nenhum criminalista moderadamente consciente admite mais a pena como uma punição. O conceito de castigo em relação à privação da liberdade, hoje foi substituído pelo de "defesa social", e a moderna escola penalista tende a encarar a pena não mais pelo caráter coercitivo mas sim pelo de defesa da sociedade, que afasta do seu meio o violador de suas normas, mas que ao mesmo tempo deseja reeducação para que, cumprida a pena, possa retornar ao seio desta mesma sociedade e transformar-se em um cidadão útil a si e à família, pelo trabalho honesto e reparador. Tivesse a pena a função apenas de punir ou castigar, e todos os delinquentes, após cumpri-las retornariam à sociedade dispostos a reincidir violando as suas normas. É evidente que às vezes tal acontece. Mas acontece justamente por que entre nós poucas tem sido as experiências no sentido de reeducar o delinquente, que sai de uma penitenciária e encontra por parte da sociedade perante a qual se redimiui, pelo cumprimento mesmo da pena, uma vívida reação à sua readaptação negando-lhes emprego condigno e segregando-o do seu convívio, com o que fixa a sua sina de eterno marginal.

Ora, o contrário deveria acontecer. As penas, se tiverem — como já acontece em várias nações civilizadas — o caráter reeducador, possibilitariam ao sentenciado um retorno integrado à sociedade, onde ele não seria segregado, porque, afinal, o seu débito já foi pago e é trivial que quem paga a sua dívida nada deve a ninguém. Assim, tratados humanamente e tendo amplas condições de se reeducar o delinquente poderia deixar de ser um peso morto a sociedade e transformar-se em elemento dinâmico.

Daí porque só temos a deplorar o lamentável estado em que se encontra a cadeia pública local. Infeliz de quem ali for colocado, pois, mesmo admitindo a ausência de castigos físicos, apenas as condições de vida (?) ali dentro são mais do que suficientes para torná-lo revoltado e descrente inteiramente dos que estão do lado de fora. Em contato com a FOLHA, um detento de maior grau de instrução chegou a referir-se à declaração dos direitos fundamentais do homem, inscrito na Carta da ONU e que bane as penas infamantes que atingem a dignidade humana. Afinal, por mais grave que seja o crime cometido, aquele que se acha recolhido à cadeia pública é um ser humano que deve ter respeitada a sua integridade física, mesmo que não tenha respeitado a de sua vítima.

É tempo, pois, que as autoridades às quais compete o problema tomem as devidas providências, ou para melhorar as condições da cadeia local, se isto foi possível, ou então para que instale aqui ou em qualquer cidade da região uma penitenciária agrícola, para abrigar a população carcerária do Setentrão, que, diga-se de passagem, é numerosa. Não importa onde seria. Até melhor que fosse em Apucarana, cuja condição de entroncamento rodoviário lhe dá privilégios, mas o que importa é que esta penitenciária agrícola, além de possibilitar pelo trabalho a recuperação dos criminosos que por ventura venha abrigar, terá o condão de esvaziar as cadeias públicas dos municípios, que são ineficientes e não tem condições de abrigar o grande número de seres humanos que tem a infelicidade de ali adentrar. O vereador Geny Guimarães já teve a sensibilidade para o problema, tendo mesmo encaminhado moção na Câmara, no sentido de que as autoridades do Estado estudem a possibilidade de implantação desta casa penitenciária. A idéia é boa e deve ser levada à frente.